

## **O GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL EM SANTA CATARINA**

**1893 — 1894**

**Carlos Humberto P. Corrêa \***

O ano de 1893 teve especial significado para a história política de Santa Catarina, pois o Estado conseguiu atrair dois movimentos revolucionários distintos e independentes, todos de caráter nacional. Tais acontecimentos, por razões diferentes, incidiram ao mesmo tempo sobre a Ilha de Santa Catarina, misturaram-se e deram como resultado a instalação de um Governo Provisório revolucionário, com o apoio, naturalmente, dos políticos situacionistas catarinenses que recém haviam se instalado no poder, por outros motivos, caracteristicamente locais, através da deposição do governo legal do Estado.

A ascensão ao poder de um grupo político de catarinenses federalistas, apoiados, posteriormente, por revolucionários nacionais, também frontalmente contrários ao governo de Floriano Peixoto, sacudiu de tal maneira a já instável situação política do Estado, fracamente republicanizado, que a reação legalista posterior, em 1894, foi uma das mais sangrentas havidas na história catarinense, com o fuzilamento de quase duas centenas de políticos civis e militares, que até hoje, com ou sem razão, é motivo de preocupação de estudos acadêmicos e ainda de divergências de opiniões populares.

O significado histórico dos acontecimentos revolucionários de 1893 e sua conseqüente reação no ano seguinte afetou famílias tradicionais da política e da sociedade catarinense e teve força suficiente para mudar o nome da capital de Santa Catarina de Desterro para Florianópolis, glorificando o governo que conseguiu por fim à situação local dos políticos que seguravam o poder.

A descrição, o pensamento e os atos do Governo Provisório da República, instalado durante sete meses em Desterro, será o objetivo deste breve estudo.

A abordagem específica dos movimentos revolucionários, que ocuparam o território catarinense, foi feita, especialmente, por Carlos da Costa Pereira em seu livro **A Revolução de 1893 em Santa Catarina**<sup>1</sup> e por Jali Meirinho em sua obra **A República em Santa Catarina**.<sup>2</sup> Além destes autores, outros historiadores como Lucas Boiteux, Oswaldo Cabral e Walter Fernando Piazza,<sup>3</sup> só para citar os principais catarinenses, abordaram o tema em suas histórias gerais do Estado. Todos, porém, pouca análise fizeram dos atos do Governo Provisório revolucionário em si, apesar da longa e farta documentação publicada no jornal **O Estado**, do Desterro, na época dos acontecimentos. Este jornal transcreveu, durante todo o período da existência do governo revolucionário, todos seus atos, decretos e resoluções; tanto da chefia central em si, quanto dos ministérios formados e dos comandos militares.

Apesar de a capital catarinense já contar, na época, com três grandes diários, o **República**, caracteristicamente órgão dos republicanos legalistas, o **Jornal do Comércio**, órgão do grupo federalista, e **O Estado**, somente este último divulgou os atos em questão, de outubro de 1893 a abril do ano seguinte, pois o outro jornal federalista, apesar de revolucionário, satisfazia-se em publicar alguns comentários elogiosos ao governo, dedicando-se mais à política estadual. O **República**, por seu lado, teve que fechar suas portas durante o período, por questões óbvias.

Quanto aos manuscritos inéditos, conhecemos somente os documentos de Cristóvão Nunes Pires, então Vice-Presidente de Estado em exercício, e as notas de Duarte Schtel, político da época, ambos sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e já utilizados em parte por Jali Meirinho.<sup>4</sup>

Outros artigos e comentários, de menor porte e sem maior importância, foram publicados de formas diversas.

Mas, é necessário que se conheça os acontecimentos anteriores ao tema do presente estudo, principalmente no âmbito estadual.

Proclamada a República, o poder político catarinense passou às mãos do Partido Republicano, organização sem grande expressão política durante o fim do regime anterior, dominado essencialmente por Liberais e Conservadores. Ambos, em vista dos acontecimentos, trataram de adotar o novo regime: os Liberais, contando com o continuísmo do poder, pois lideraram a última Assembléia do Império; os Conservadores, no intuito de reaverem o poder perdido.

A nomeação de um governador Republicano, apesar de catarinense, que pouco ou nada entendida das tecituras da política local, fez aproximar-se do governo os antigos Consevadores, agora republicanizados e, conseqüentemente, dar ensejo ao aparecimento de uma oposição composta pelos antigos Liberais, sob a denominação de Federalistas. Esta oposição, gradativamente, pressionou cada vez mais o poder, a ponto de derrubar o governador Lauro Müller.

Antes, por ocasião das eleições ao Congresso Constituinte, Lauro Müller, tendo sido eleito Deputado Federal, teve que afastar-se do governo do Estado, enfraquecendo a posição dos Republicanos liderados por seu substituto. Isto veio agravar-se com o fechamento do Congresso Nacional, por Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891, e o conseqüente posicionamento divergente de Lauro, contrário ao Presidente da República, e de seu substituto partidário, favorável.

A renúncia de Deodoro da Fonseca e a posse de Floriano Peixoto deram esperanças aos opositoristas que ocuparam o poder com a queda do governador do Estado, dissolvendo o Legislativo Republicano e fazendo eleger outra casa, essencialmente composta de Federalistas.

Tal condição insustentável exigiu de Floriano a nomeação de um Interventor que rapidamente foi envolvido pela situação federalista catarinense, sendo eleito Governador pela nova Assembléia e rompendo com o Governo Federal, apesar de seus objetivos terem sido os de conciliar as facções políticas locais em luta.

Da mesma forma que Lauro Müller desconhecía os caminhos e atalhos da política catarinense, pelo menos nesta primeira fase republicana, e foi envolvido por um determinado grupo político,

o dos Conservadores, também o novo governo encontrava-se na mesma situação. Só que cada um colocou-se em pontos opostos e divergentes.

Com tal situação política regional, a Nação viu, em fevereiro de 1893, eclodir a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e, em setembro do mesmo ano, a Revolta da Armada no Rio de Janeiro.

Os desmandos e perseguições políticas do Tenente Manoel Joaquim Machado,<sup>5</sup> Governador de Santa Catarina, fizeram com que o Deputado Federal Felipe Schmidt,<sup>6</sup> primo de Lauro Müller, o denunciasse, perante o Juízo Federal, ocasionando o seu afastamento e passando a administração catarinense para seus substitutos legais, políticos Federalistas.

O porto da Ilha de Santa Catarina havia sido escolhido pelo Almirante revoltoso Custódio de Mello para a instalação do Governo rebelde. A missão revolucionária era chefiada pelo Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme de Lorena e era apoiada pelo Capitão do Porto do Desterro João Carlos Mourão dos Santos e por Cristóvão Nunes Pires, Vice-Presidente do Estado, em exercício. Acompanhava a esquadra o jornalista rio-grandino João José César, que enviava a seu Estado toda a narração do movimento revolucionário que, aliás, foi também publicada pela imprensa catarinense.<sup>7</sup>

As únicas forças legalistas do Desterro eram chefiadas pelo Coronel Julião Augusto Serra Martins, Comandante do 5º Distrito Naval, que sempre manteve-se fiel a Floriano Peixoto. Entretanto, seu efetivo militar foi pequeno para impedir a entrada dos revoltosos até o porto da capital catarinense, principalmente porque o Governador em exercício, Nunes Pires, também revolucionário, deixava transparecer a Floriano sua fidelidade através de sucessivas mensagens telegráficas que na verdade não mostravam a realidade da situação e deixava afastada a hipótese de uma maior reação legalista.

A 25 de setembro, a esquadra revoltosa entrou no porto de Desterro sem que a Guarnição Militar tivesse condições de impedi-la.

A Assembléia Legislativa, reunida, solidarizou-se com os revoltosos, declarando o Estado de Santa Catarina separado do Governo da União, pelo menos enquanto governasse Floriano Peixoto.<sup>8</sup> O Comandante da Esquadra, Frederico Guilherme de Lorena, enviou ofícios ao Coronel Serra Martins, Comandante do Distrito Militar, e aos Federalistas Capitão do Porto e Vice-Presidente do Estado. Aos dois últimos, em documentos do mesmo teor, Lorena justificou o movimento revolucionário contra Floriano, ameaçando atacar a capital catarinense ante uma reação de Serra Martins, a quem responsabilizava por todos os acontecimentos que se desenvolvessem, caso houvesse sacrifícios humanos.<sup>9</sup> O documento enviado a Serra Martins não foi dado ao conhecimento público.

O Presidente do Estado, Nunes Pires, convocou o Comandante do Distrito e fê-lo ver da impossibilidade de uma defesa militar, aconselhando-o a capitular.

A 30 de setembro, Frederico Lorena expediu uma proclamação "Ao povo Catarinense", pedindo seu sacrifício para a causa que, comandada pelo Almirante Custódio de Mello, objetivava tão somente a queda do Governo central.<sup>10</sup> Quando da capitalulação das forças legais, foi assinado documento por ambas as partes, revolucionários e legalistas, que estabelecia, entre outras coisas, que a oficialidade teria plena liberdade de ficar a serviço da Revolução ou retirar-se do Estado, caso não concordasse com ela.<sup>11</sup> Em consequência, vários oficiais sediados em Desterro pediram suas remoções, sendo substituídos por outros revolucionários. Inclusive Serra Martins, que alegou doença.

A 2 de outubro, Frederico Lorena desembarcou na cidade, estabelecendo seu Quartel General na Capitania dos Portos, sendo que somente a 14 daquele mês, no Palácio do Governo do Estado, foi instalado o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo como capital a cidade de Desterro, conforme Decreto nº 1 daquela data.<sup>12</sup>

A partir de 16 de outubro, entretanto, é que o jornal **O Estado**, oficialmente "órgão do Partido Republicano Federalista", passou a publicar, diariamente, todos os atos oficiais do Governo revolucionário da República, até a data de 12 de abril de 1894,

num total de 23 decretos numerados, sendo o último datado de 7 de abril, e centenas de decretos sem número, além de editais, expedientes, manifestos, ordens-do-dia e outros documentos, todos de maior ou menor importância para o estudo do período.

Lorena assumia o "exercício da suprema administração do País por investidura revolucionária" e conclamou o povo, o governo estadual, o Poder Legislativo e as forças de terra e mar para a consecução do objetivo comum que era defender a Constituição Federal do governo de Floriano. Na "proclamação ao povo", entretanto, ponderava que a circunstância de ter o governo por sede a cidade do Desterro, não tirava a autonomia dos poderes locais.<sup>13</sup>

O governo era constituído, também, por Aníbal Eloy Cardoso, Ministro da Guerra, respondendo interinamente pelos Negócios da Fazenda e Relações Exteriores, e por João Carlos Mourão dos Santos, Ministro da Marinha, ficando incumbido interinamente dos Negócios da Justiça e Interior, Viação, Indústria e Obras Públicas, segundo Decreto sem número, também datado de 14 de setembro.<sup>14</sup>

Posteriormente, as pastas da Viação e Indústria e da Justiça e Interior foram entregues ao desembargador José Ferreira de Mello e ao Dr. Henrique de Almeida Valga.<sup>15</sup>

O governo estadual cedeu parte das instalações do Palácio aos revolucionários, o qual tratou de mobilizar a Guarda Nacional nos municípios catarinenses, "para a defesa da Constituição e das leis da República", criando o cargo do Comandante em Chefe da Guarda Nacional do Estado (Decreto nº 2), que passou a ser ocupado pelo coronel Laurentino Pinto Filho.<sup>16</sup>

Todo o apoio que o governo revolucionário teria, do ponto de vista militar, estava na Guarda Nacional, pelo que tratou de estruturá-la em pessoal e armas, nomeando, normalmente, políticos catarinenses para os cargos de comando. Neste sentido, Laurentino Pinto Filho, em sua primeira Ordem do Dia, prometia cumprir o dever cívico que se lhe impunha, tendo por objetivo a reorganização da Pátria, tarefa para a qual necessitava do "concurso dos cidadãos impulsionados pela nítida compreensão do dever".<sup>17</sup>

Foi mobilizada a Guarda Nacional nos municípios de São José, Lages, Campos Novos, Curitiba, São Francisco, Joinville e São Bento, além de na capital, Desterro.<sup>18</sup>

Para aumentar as forças militares, foi organizado, também, um Batalhão de Voluntários, denominado "Fernando Machado", comandado pelo tenente João Nepomuceno da Costa, para cujas fileiras entrou a mocidade catarinense.<sup>19</sup>

Mas o novo governo precisava estar presente nos países vizinhos do Prata para assegurar a oficialização do movimento revolucionário. Para tanto, a 17 de outubro, Frederico Lorena nomeou, através de dois decretos, os cidadãos Gaspar da Silveira Martins e Demétrio Nunes Ribeiro para, o primeiro, servir como embaixador junto ao Estado Oriental do Uruguai, e o segundo, junto à Confederação Argentina para solicitar daquela nação o reconhecimento de beligerância em território brasileiro.<sup>20</sup> Não satisfeito com tal ato, e necessitando, urgentemente, de recursos financeiros para manter o estado de guerra contra Floriano, Lorena incumbiu Demétrio Ribeiro de realizar empréstimo com a Argentina em condições e importância desconhecida. Nem mesmo sabemos se tal empréstimo foi feito ao governo revolucionário do Desterro; o fato é que as tropas eram pagas, mesmo que com atraso de três meses e outras despesas eram feitas, segundo as autorizações de despesa publicadas em **O Estado**.<sup>21</sup>

Mas parecia aos revolucionários que o movimento era fatalmente vitorioso. Para assegurar as finanças futuras, quando da queda de Floriano, Frederico Lorena fez publicar uma "Declaração Oficial", datada de 22 de novembro, na qual não se responsabilizava com as contas e compromissos contraídos pelo governo de Floriano Peixoto. Tal proclamação, que tinha como objetivo "evitar declarações futuras", tinha efeito retroativo desde o estabelecimento do governo revolucionário em Santa Catarina.<sup>22</sup>

Enquanto as tropas se organizavam em todo o Estado, os chefes revolucionários se reuniam na capital de Santa Catarina. Lorena, em Desterro, reuniu-se com Piragibe e Jaques Ouriques;<sup>23</sup> mais tarde, em dezembro, passou pela capital catarinense Gumercindo Saraiva. A imprensa saudou-o como "o

vulto mais proeminente e de mais valor pessoal de toda a luta sangrenta no Estado vizinho e amigo", segundo o jornal **O Estado**.<sup>24</sup> Sua chegada foi festejada por discursos e flores, oferecidas por senhoras, jovens e meninas, no Palácio do Governo.

Mas, parece que as lideranças revolucionárias não corriam pelo mesmo trilho: ideologias diversas, vaidade, ciúmes entre os chefes militares apareciam com freqüência. Mesmo no início da instalação do governo, em setembro, parece ter havido divergências sobre as funções da Guarda Nacional, pois, em Declaração Oficial publicada em 19 de setembro, o Ministro da Justiça e Interior declarou que a Guarda Nacional do Estado era destinada exclusivamente a defender a integridade do território e sua autonomia, e não outra função não declarada. Fator que nos leva a identificar opiniões diferentes.<sup>25</sup>

Mais tarde, em dezembro, Lorena tomou posição contra um Manifesto de Saldanha da Gama. Em Declaração Oficial também, Lorena dizia que somente por eleições pacíficas, através de consulta à vontade popular, poderia-se reformar a Constituição Federal de 1891. Terminava o Chefe do Governo Provisório: "Triunfemos dos tiranos com unidades de vistas, ou, em bem do país, desapareçamos na luta, antes de infelicitar a Pátria com a anarquia".<sup>26</sup>

A desavença entre Lorena e Silveira Martins, por outro lado, começara quando Demétrio Ribeiro fora nomeado embaixador da Revolução em Buenos Aires, e não aquele revolucionário, chefe civil do movimento que, como Custódio de Mello, queria constituir um governo civil e não militar, como fizera Lorena.

A 5 de dezembro, esteve em Desterro o Almirante Custódio de Mello que, como Gumercindo Saraiva, foi festivamente recebido no Palácio do Governo com flores e poesias recitadas pela esposa do desembargador Vieira Caldas.<sup>27</sup>

Os líderes maiores da Revolução continuavam a chegar a Desterro: uns, emissários de Silveira Martins, como Antunes Maciel e José Joaquim Seabra; outros, chefes federalistas no Paraná, como Menezes Dória.

Mas, refletindo o verdadeiro desacerto entre os revolucionários, o Jornal **O Estado**, em edição de 8 de dezembro, abriu sua

edição com um artigo intitulado "Unidade de vistas", preocupando-se em afirmar justamente que jamais o Governo Provisório havia se afastado da linha reta traçada desde o início, tanto por Lorena, quanto por Custódio de Mello.<sup>28</sup> Mas a situação parece não ter sido solucionada, pois o mesmo diário federalista, dias mais tarde, passou a analisar a posição geral do Governo Provisório e, naturalmente, defender a posição até então tomada por Lorena em relação a outros chefes revolucionários, principalmente ante a eminência da deposição do Chefe do Governo para ocupar, em seu lugar, uma Junta Governativa, dizia o jornal, em editorial.<sup>29</sup> Ao contrário do que muitos pensam, tinha sido constante de sua existência política, "homogeneizar os fatos revolucionários e ter em seu seio legítimos representantes, a fim de haver a precisa unidade de guerra". Prova disto era ter sido lembrado o nome de Gaspar Silveira Martins para fazer parte, desde o início, de uma Junta Governativa. Entretanto, as falhas de comunicações telegráficas entre Desterro e Montevidéu, então cortadas, impossibilitaram tal convite que não se concretizou ante a urgência das circunstâncias do momento. Esta tinha sido a única causa da entrega do Governo a Frederico Lorena.

Mas, continuava o jornal: "A circunstância de haver sido o governo organizado por esta forma, em vez de uma junta governativa, como a princípio pensou-se e queria-se, circunstância originária das condições de tempo e lugar, de nenhum modo legitimaria o isolamento de atividades e energias de facções revolucionárias ou a desagregação e fraccionamento de elementos, que devem estar unidos a ser convergentes", numa nítida posição de proteção a Lorena.

A hipótese da organização de uma Junta Governativa era discutida. Defendendo o Governo nas mãos de Lorena, o jornal dizia que outros cargos administrativos deveriam ser preenchidos por revolucionários gaúchos e catarinenses, mas nada mostrava que era condição primordial e indispensável do Governo sua reconstrução e sua transformação em Junta Governativa onde houvessem representantes da Armada, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, pois não se discutia nenhuma mudança de diretrizes ou ideologias. A mudança no Governo, segundo o editorialista oficial, só acarretaria seu enfraquecimento perante os países es-

trangeiros, principalmente os do Prata, mostrando falta de firmeza e confiança.

Talvez para assegurar uma instituição legal de seu governo, Lorena instituiu provisoriamente como Superior Tribunal de Justiça da República o Tribunal de Relação do Estado, em Janeiro de 1884, justificando que o restabelecimento da lei necessitava de um órgão que resolvesse as questões de ordem federal que brotavam e se alargavam à medida que "as armas libertadoras" tirassem o território brasileiro das mãos da tirania.<sup>30</sup> Aliás, todo o Tribunal de Relação de Santa Catarina era composto de federalistas nomeados pelo Tenente Machado, quando de sua permanência no Governo do Estado, que demitiu os antigos desembargadores republicanos nomeados por Lauro Müller.

Mas, apesar das vitórias militares dos revolucionários, principalmente no Paraná, para onde foi nomeado por Lorena um Governador Provisório, Menezes Dória, a situação do Governo Provisório da República não parecia estabilizar-se. Por imposição mesmo do Paraná em querer participar mais estreitamente do governo revolucionário, Frederico Lorena teve que, a 5 de março de 1894, substituir alguns de seus ministros, nomeando para o Ministério da Indústria, Viação e Relações Exteriores o paranaense Emigdio Westfalen em lugar de João Carlos Mourão dos Santos que o havia acompanhado desde setembro do ano anterior.<sup>31</sup> Cedendo às pressões, a 12 de março, Frederico Lorena afastou-se do Governo, exonerando, antes, o Chefe de Polícia Federal, Arthur Ferreira de Mello, e o Comandante Superior da Guarda Nacional, Germano Wendhausen; os dois, catarinenses.<sup>32</sup>

Na mensagem ao povo catarinense em que agradecia sua atitude durante o período governamental, Frederico Lorena disse que os motivos que o levaram a afastar-se do Governo, feito através de telegrama a Custódio de Mello, seriam posteriormente explicados.<sup>33</sup> Tal explicação não foi feita, pois, meses depois, Lorena foi um dos muitos fuzilados pelo novo governo republicano nas mãos do coronel Moreira Cesar.<sup>34</sup> Custódio de Mello, por seu lado, fez publicar um "Manifesto", através de *O Estado* de 13 de março, em que explicava a situação. Para ele, o principal objetivo da Revolução tinha sido derrubar o militarismo de Floriano Peixoto. Cabia, portanto, instituir de vez uma Junta Governativa

de civis na qual houvessem representantes dos três Estados do sul.<sup>35</sup> Por Santa Catarina, havia aceito o desembargador José Ferreira de Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal; pelo Paraná, Emigdio Westfalen, que já integrava o Ministério. O Rio Grande do Sul, através de Silveira Martins, que deveria nomear um representante, não o fez até o final da Revolução.

Da mesma maneira com que o jornal **O Estado** havia rejeitado qualquer hipótese de constituição de Junta Governativa em substituição a Lorena, há poucos meses, agora, elogiava o novo fato: "... bem inspirado andou o ilustre Almirante Custódio de Mello em instituir uma Junta Governativa, composta de cidadãos de alto merecimento político, capazes de, pela sua inteligência, energia e sisudez, unificar todos os elementos, tornando mais compacta e forte a ação revolucionária...", dizia o jornal com nova opinião.<sup>36</sup>

A Junta substituiu todo o Ministério, dissolveu o Comando Geral da Guarda Nacional e procedeu a outras transformações, sobrevivendo pouco mais de um mês.<sup>37</sup>

O último número do jornal **O Estado**, data de 11 de abril de 1894, seis dias, portanto, antes do desalojamento dos últimos federalistas da capital catarinense pela esquadra legal, comandada pelo Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves, e 11 dias antes de ter assumido o Governo de Santa Catarina o Coronel Antônio Moreira Cesar. Estes sete meses em que o diário federalista catarinense acompanhou os atos do Governo Provisório da República, entretanto, são de inestimável valor para a reconstituição histórica da época, pouco estudada. Os acontecimentos, posteriores à queda do Governo Provisório, são analisados através de outras fontes.

O rápido período de administração de Moreira Cesar em Santa Catarina caracterizou-se pelo fuzilamento de mais de cento e oitenta federalistas na Fortaleza da Ilha de Anhatomirim, na baía norte da Ilha de Santa Catarina, como "ajuste de contas" às degolas praticadas por Gumercindo Saraiva e seu grupo no norte do Estado. O desaparecimento destes militares e civis, catarinenses ou não, chocou a sociedade e dividiu mais ainda os grupos políticos no Estado, marcando o fim de uma era de sangrenta consolidação do regime republicano.

## NOTAS

- \* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.
1. PEREIRA, Carlos da Costa. *A Revolução de 1893 em Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. do Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
  2. MEIRINHO, Jali. *A República em Santa Catarina*. Florianópolis, Editora da UFSC co-edição Editora Lunardelli, 1982.
  3. BOITEUX, Lucas. *Notas para a História Catarinense*. Florianópolis, Livraria Moderna 1912; CABRAL, Oswaldo. *História de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, Editora Laudes, 1970; PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: sua História*. Florianópolis, Editora da UFSC, co-edição Editora Lunardelli, 1983. Além destes, outros autores citam documentos sobre o assunto, como CAMÊU, Francolino e PEIXOTO, Artur Vieira. *Floriano Peixoto, vida e obra*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983, e FREIRE, Felisberto. *História da Revolta de 6 de setembro de 1893*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.
  4. MEIRINHO. Op. cit.
  5. O Tenente Machado fora colega de Escola Militar de Lauro Müller, fato que o deixava inicial e aparentemente, ao lado do ex-Governador de Santa Catarina.
  6. Felipe Schmidt foi Governador do Estado, posteriormente, por duas vezes.
  7. João José Cesar escreveu vários artigos, que foram transcritos por *O Estado de Florianópolis*, entre os quais "A Revolta da Esquadra Libertadora", publicados a partir de 4 de outubro de 1893.
  8. *O Estado, de Desterro*, 6 out. 1893, p. 1.
  9. In "Revolução da Esquadra Libertadora". *O Estado, de Desterro*, 4 out. 1893, p. 1.
  10. *O Estado, de Desterro*, 1º out. 1893, p. 3.
  11. Ver FREIRE, Op. cit., p. 103.
  12. *O Estado, de Desterro*, 16 out. 1893, p. 1.
  13. *O Estado, de Desterro*, 16 out. 1893, p. 2.
  14. *O Estado, de Desterro*, 16 out. 1893, p. 2.
  15. Henrique Valga foi nomeado em 20 de janeiro de 1894. *O Estado, de Desterro*, 23 jan. 1894, p. 1.
  16. *O Estado, de Desterro*, 16 out. 1893, p. 2.
  17. *O Estado, de Desterro*, 18 out. 1893, p. 2.
  18. Decretos nºs 2, 3 e 4, publicados in *O Estado*, 16 out. 1893, p. 2.
  19. *O Estado, de Desterro*, 18 out. 1893, p. 2.
  20. *O Estado, de Desterro*, 19 out. 1893, p. 1.
  21. As autorizações foram feitas pelo Ministro da Marinha ao Ministro dos Negócios da Fazenda, para expedir as necessárias ordens à Alfândega para ser entregue ao Cruzador República, atracado no porto do Desterro.
  22. Publicada por *O Estado, de Desterro*, 23 nov. 1893, p. 1.
  23. Ver FREIRE, Op. cit.
  24. *O Estado, de Desterro*, 3 dez. 1893, p. 1.
  25. *O Estado, de Desterro*, 19 set. 1893, p. 1.
  26. *O Estado, de Desterro*, 17 dez. 1893, p. 1.
  27. *O Estado, de Desterro*, 6 dez. 1893, p. 2.

28. O Estado, de Desterro, 8 dez. 1893, p. 1.
29. O Estado, de Desterro, 26 dez. 1894, p. 1.
30. Decreto nº 15 de 24 de janeiro de 1894, publicado in O Estado, 25 jan. 1894, p. 1.
31. O Estado, de Desterro, 7 mar. 1894, p. 1.
32. O Estado, de Desterro, 17 mar. 1894, p. 1.
33. O Estado, de Desterro, 13 mar. 1894, p. 1.
34. Foram fuzilados, entre outros, o 1º Tenente Álvaro Augusto de Carvalho, Delfino de Lorena; Marechal de Campo Manoel de Almeida Gama Lobo D'Eça, Barão de Batovi; Coronel Luiz Gomes Caldeira de Andrade, Capitão Romualdo de Barros, Tobias Becker, Major Elesbão Pinto da Luz, Dr. Alfredo da Gama D'Eça, Dr. Joaquim Lopes de Almeida, Desembargador Francisco Vieira Caldas, Higinio Schutel, etc.
35. O Estado, de Desterro, 13 mar. 1894, p. 1.
36. O Estado, de Desterro, 14 mar. 1894, p. 1.
37. O Estado, de Desterro, 21 mar. 1894, p. 1.